

RESUMO: Este artigo examinará a descrição realizada por vários dicionaristas da língua das acepções do que, em princípio, é considerado um único item lexical, o verbo “passar”. A ótica que o orienta é a de mostrar os problemas em que as caracterizações dos dicionaristas incorrem, mas não para criticá-los, e sim para apontar que esses problemas são inevitáveis, decorrem exatamente do modo como a linguagem natural constrói a significação. Tentará também extrair, da técnica de descrição utilizado pelos dicionaristas, implicações sobre o caráter inerente da constituição de significações em linguagem natural.

ABSTRACT: The present article will examine the description made by several dictionaries of portuguese language of the meanings of what is, at first, considered a single lexical item: the verb “passar”. The guideline of the article is to point out the problems in which the characterizations of lexicographers incur, not to criticize them, but in order to show that these problems are inevitable, while they arise precisely from the way natural language constructs signification. We will also try to extract, from the technique of description used by the lexicographers, the implications about the inherent character of the constitution of meaning in natural language.

1. Introdução: uma história e um contexto para o tema abordado

Este trabalho tem uma história que julgo necessário contar, para esclarecer por que a descrição lexical feita em dicionários me parece teoricamente importante, e reveladora de aspectos sobre os fenômenos de significação que não podem ser ignorados pelos lingüistas.

Em minha tese de Doutorado [Vasconcellos, 1995], descontente com as correntes semânticas formalistas então ainda dominantes, que me pareciam incompatíveis com o funcionamento empírico da linguagem natural, estudei o fenômeno da expansão de sentido dos itens lexicais, porque a meu ver ele se prestava especialmente para lançar luz sobre o modo como a linguagem natural constrói significações. Também acreditava que, sob o pretexto da abstração necessária para se obter um grau de generalização suficiente, tais abordagens costumavam simplesmente fazer desaparecer das análises efetuadas os fenômenos concretos que as desafiavam. Assim procurei agir na direção inversa: fazer primeiro uma análise empírica o mais exaustiva possível do modo como diferentes significações emergem a partir das diversas condições de uso de um único item lexical, no caso o verbo “passar”, para detectar os fatores que geram as suas várias acepções; e só depois tentar ver a compatibilidade dos resultados encontrados com concepções teóricas².

Queria fazer a captação dos dados de entrada e essa análise inicial do modo mais “ingênuo”, mais empírico-intuitivo, mais independente de teoria que fosse possível, “recalcando” ao máximo, nesse primeiro momento, tudo o que sabia sobre as concepções semânticas existentes, para não limitar a coleta dos dados julgados relevantes por nenhum conceito teórico prévio de significado que restringisse os tipos de variação de sentido que deveriam ser considerados.

À primeira vista, poderia parecer que eu deveria, então, ter partido de um “corpus” para a coleta de dados, para poder recolher sentidos realmente existentes em situações reais de comunicação. Mas, dado eu ter decidido tratar de um único item lexical não gramatical (donde de pequena probabilidade de ocorrência em qualquer texto), e também o fato de ser necessário para minhas finalidades levantar o maior número possível de suas acepções, tal “corpus”, caso escolhido aleatoriamente, teria de ser enorme, donde não operacionalizável nas condições de trabalho concretas; ou, alternativamente, teria de ser formado por exemplos escolhidos, o que arriscaria falsear os resultados da análise. Essa foi a primeira razão da opção por partir do trabalho já efetuado por dicionaristas da língua: isso permite um recurso indireto tanto aos “corpora” já por eles consultados através de mais de um século de uma prática socialmente consolidada, quanto ao acervo de acepções já tradicionalmente reconhecidas enquanto variantes do sentido do item lexical descrito.

1 Email: zinda@superig.com.br

2 Pretendia então, numa segunda fase analítica, descrever as acepções encontradas por meio de uma metalinguagem formal, a de Jackendoff (1990), embora apenas com o intuito de mostrar que essa metalinguagem, e por extensão outras como ela, não teria poder descritivo suficiente para descrever as acepções lexicais em toda a sua concretude.

Além dessa razão de ordem prática, havia ainda razões teóricas para o apelo ao trabalho já efetuado pelos dicionaristas da língua. Isso porque eu acreditava — como continuo acreditando — que as diferentes condições de uso e efeitos de sentido das palavras, que constituem as suas acepções, não se reduzem a "meros efeitos de discurso" ou a "fenômenos pragmáticos", mas são autênticos fatos de língua: fazem parte da competência lexical dos falantes, que sabem quando aplicar ou não os itens lexicais que conhecem, e que efeitos de sentido podem ser obtidos com o uso deles em diferentes situações. E isso mesmo com as palavras ainda "em estado de dicionário"³, ou seja, antes do uso efetivo e fora de um contexto real.

Naquela época, uma tal tomada de posição se justificava em contraposição à idéia, corrente na Linguística de orientação formalista, de que acepções lexicais se reduziram a puros efeitos do discurso, os quais, do ponto de vista dessas concepções, seriam adicionais à parte propriamente linguística do significado dos termos. Hoje o contexto teórico mudou muito, e eu quase diria que o pêndulo foi demasiadamente para o lado oposto. Com efeito, alguns linguistas parecem acreditar que, fora do discurso, as palavras não têm significado nenhum — como se a criação do sentido na fala ocorresse a cada vez "ex-novo". Ora, acreditar nisso é desconsiderar todo o processo cumulativo de construção de significações que ocorre paulatinamente na história da língua, e da sociedade... Por meio de discursos, claro, mas de discursos recorrentes que se "cristalizam" enquanto língua, vista esta na realidade externa do seu uso social, e não apenas enquanto sistema formal abstrato, ou algo do gênero.

Ou seja, o que quero dizer é que, embora acepções normalmente resultem de fatos discursivos⁵, são efeitos de sentido relativamente solidificados, que existem virtualmente antes do discurso efetivo que os atualize. São como que condições virtuais de emprego das palavras, conhecimento esse que faz parte da competência dos falantes, embora sejam talvez a parte dos fatos de língua mais variável entre os diversos falantes de uma comunidade linguística, porque dependem em alto grau da experiência e da cognição extralinguística deles, bem como do grau de sua "imersão" no acervo dos discursos historicamente constituídos.

Daí outro motivo para o interesse em estudar as acepções tais como são registradas em dicionários, porque esse registro representa uma espécie de "consciência", de reconhecimento, da cristalização dos usos correspondentes às acepções, o que já é uma cristalização em segundo grau. Como o título do trabalho sugere, uma das vertentes do conteúdo que quero originariamente apresentar neste artigo é a de mostrar como o conteúdo dos dicionários pode ser tomado como a corporificação da competência lexical de um "falante ideal" que conheça todas as condições de uso dos termos e, sobretudo, todos os seus efeitos de sentido cristalizados socialmente (para além de sentidos possíveis no discurso, mas altamente dependentes da situação e do contexto específicos, ou que sejam particulares a muito poucos falantes). Julgo importante, no entanto, para evitar mal-entendidos, fazer aqui uma ressalva: na verdade, esse conteúdo corporifica a competência de um falante ideal não tão "ideal" assim, pois resulta de uma prática concreta de verificação de usos reais na "língua externa", dimensão real, histórica, que não pode ser ignorada (daí a expressão "culturalmente localizados" do título). Mais uma vez, não se trata de competência enquanto conhecimento produtivo de regras⁶, mas sim enquanto resultado, depósito acumulado, de um "acervo discursivo" historicamente constituído⁷, organizado embora de modo dinâmico por princípios cognitivos gerais, que permitem sua constante expansão e reestruturação⁷.

Mas o apelo aos dicionários tinha ainda, na tese, uma outra função: o tipo de descrição neles realizada, toda feita em linguagem natural, e normalmente sem nenhuma sistematicidade, representa exatamente o inverso da tentativa de descrever significados por meio de uma metalinguagem formal independente de língua, cuja possibilidade era posta em dúvida, e fazia assim um contraponto interessante a esse tipo de tentativa. É esse lado do trabalho dos dicionaristas que este trabalho privilegiará. Pretendo, com a análise das descrições das acepções de "passar" oferecidas nos dicionários que consultei para a tese, captar aspectos característicos do uso da linguagem natural na descrição, e as implicações que eles sugerem quanto à constituição do sentido em linguagem natural.

Julgo ainda conveniente dizer que os problemas encontrados na descrição dos dicionaristas não se ma-

3 Como diz Drummond, no poema Procura da Poesia (Coutinho, A. 1964, p. 138)

4 Dito dessa forma extrema, não é fácil encontrar citações que abonem o dito acima. Porém falo por experiência própria: já tive dificuldades, trabalhando na mesma linha de pesquisa com uma colega cujas idéias teóricas eram até bastante semelhantes às minhas, por trabalhar com base em dicionários, o que para ela era inconcebível, dado o "fato" de que palavras não têm significado...

5 Seja no sentido de decorrerem de efeitos pragmáticos ligados às condições da interação, seja no de refletirem e "ecoarem" idéias, conhecimentos e valores de discursos disseminados no corpo social durante a história da língua e da sociedade.

6 "...tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos de uma mesma comunidade", segundo Saussure (1993, p. 21).

7 Porque é igualmente importante salientar que o fato de se reconhecer que as palavras já têm, antes do discurso, um conjunto de sentidos previamente disponíveis não significa que esse conjunto não possa ser expandido e refinado durante o discurso, ou como fruto de novidades históricas e culturais.

nifestam só aí. Na verdade o que me incentivou a escrever este artigo, e me chamou a atenção para o que esses problemas revelam, não foi tanto o que observei na descrição deles, mas as dificuldades com que eu mesma me deparei para realizar a análise efetuada na tese, as quais, no meu entender, são constitutivas da tentativa de captação de qualquer "realidade" por meio da linguagem natural, mais ainda de uma realidade já constituída por efeitos de sentido inerentes ao próprio uso da linguagem. Desenvolverei isso um pouco mais.

Para realizar a descrição a ser feita na tese, eu tinha uma idéia precisa do que queria obter. Pretendia, após uma fase inicial que imaginava como de simples identificação das correspondências entre as acepções descritas nos vários dicionários e de seu mero somatório, detectar que tipos de "propriedades caracterizadoras" seriam necessárias para que se pudesse descrever cada uma das acepções e ver os fatores comuns e diferentes entre elas, de modo a permitir a classificação dessas acepções em grupos conforme as propriedades apresentadas em comum e a apreensão das regularidades existentes. Embora não desejasse me comprometer de início com nenhum instrumental formal de descrição existente, pensava em efetuar essa descrição das acepções do modo mais econômico possível, usando o menor elenco de propriedades caracterizadoras, representadas cada uma por um símbolo, que fosse suficiente para essas operações de descrição diferencial, classificação e captação de regularidades.

Só que a tarefa a ser empreendida, mesmo nas suas etapas iniciais, de "simples" consolidação das acepções registradas nos vários dicionários, mostrou-se muito mais complexa do que poderia suspeitar, e impossível de ser realizada conforme o pretendido. Não consegui descrever as acepções usando um pequeno elenco de símbolos, de um modo ao menos "quase formal", tendo ao invés que caracterizá-las por meio de uma redação em texto corrente. A tentativa de efetuar a não foi, no entanto, esforço perdido. Por um lado, confirmou a um ponto não esperado minha desconfiança inicial quanto à possibilidade de especificar representações semânticas precisas e completas para os significados lexicais concretos apresentados pelas palavras das línguas naturais. Ficou patente nessa tentativa a extrema dificuldade de realizar a descrição desses significados, mesmo quando ainda não se pretendia nada de tão ambicioso como sua especificação por meio de parâmetros passíveis de ser postulados como primitivos formais inatos, mas se tentava apenas apreender um elenco limitado de propriedades caracterizadoras que, embora ainda expressas em linguagem natural, fossem claramente identificáveis e delimitáveis, capazes de ser postas em correspondência com um pequeno vocabulário operacionalizável de símbolos. Por outro lado, o manuseio das descrições dos dicionaristas, o esforço de sua elucidação que minha tentativa de reconhecimento, delimitação e caracterização das acepções por eles descritas exigiu, e, principalmente, a necessidade de apelar para a linguagem natural corrente na descrição das acepções, lançaram-me em cheio na problemática oriunda do uso da linguagem natural no recorte e caracterização de referentes, obrigando-me a me defrontar na prática com algumas das dificuldades e implicações que esse uso apresenta. Isso permitiu-me detectar algumas causas dessas dificuldades e chegar a algumas conclusões sobre o modo particular com que a linguagem natural constitui e delimita significações, as quais pretendo apresentar aqui.

No que diz respeito a esclarecimentos de ordem prática, devo dizer que, para fazer o acervo consolidado das acepções de "passar" consideradas na tese, consultei oito dicionários do Português, cujas referências bibliográficas completas são dadas na Bibliografia, mas que, para simplificar as constantes citações necessárias no artigo, serão identificados no texto apenas por siglas, também encontradas na Bibliografia, onde vêm junto ao nome de cada dicionário. Também as acepções de "passar" aqui mencionadas serão citadas por um rótulo identificatório, acompanhado, a cada vez que uma acepção for tratada pela primeira vez no artigo, pela citação, dentro de símbolos especiais demarcadores, da redação caracterizadora oferecida à acepção na tese, bem como, sempre que possível, de um ou mais exemplos considerados especialmente representativos, uma vez que, por motivos que serão desenvolvidos no artigo, na maioria das vezes a simples redação caracterizadora das acepções não basta para a apreensão do sentido a elas atribuído, nem dos usos do verbo a que se pretende que elas correspondam⁸.

8 Como as acepções que serão mencionadas já resultam de uma consolidação interpretativa das acepções consideradas a elas correspondentes nos vários dicionários consultados, não indicarei suas fontes. Quando, porém, estiver citando as próprias acepções dos dicionaristas, o farei por meio da apresentação das siglas dos dicionários que as relacionam, seguidas pelo número que recebem no verbete que as listam (quando os próprios dicionaristas não o fazem, numerei de forma contínua as acepções por eles incluídas, permitindo assim sua localização fácil nos verbetes referidos).

2. Questões a serem consideradas no exame das descrições feitas pelos dicionaristas

A hipótese de base do artigo é, então, a de que as descrições dos dicionaristas, por mais imperfeitas que possam ser sob certos aspectos, são ao menos relativamente adequadas no que diz respeito à expressão dos fatos de língua que descrevem. Para clarear um pouco essa idéia geral, antecipei os tipos de problemas com que os dicionaristas se deparam. Pode-se dividir a trabalho dos dicionaristas em duas partes.

Devem, em primeiro lugar, captar corretamente os fenômenos a serem descritos, o que se resume nas sub-tarefas de levantar, delimitar e identificar diferencialmente as diversas acepções do termo descrito: precisam levantar diferentes usos dele; decidir sobre que tipos e graus de diferenças de significação constituem ou não acepções diferentes; e escolher os traços de sentido com que irão identificá-las e diferenciá-las umas das outras, de modo a poder enumerá-las e caracterizá-las diferencialmente.

Em seguida devem apresentar os resultados obtidos, tarefa que deve ser realizada de modo a permitir que pela leitura das descrições se possa, em princípio: a) deduzir as condições em que a palavra pode ser usada em cada uma de suas acepções (o leitor que conhece a palavra deve ser capaz de reconhecer o que sabe sobre o seu uso, e o que não a conhece, ou não em todas as acepções, deveria ser capaz de adquirir ou estender o seu uso adequadamente); b) classificar os possíveis usos do termo segundo as acepções descritas.

Assim, na realização do seu trabalho, os dicionaristas precisam resolver os seguintes problemas: a) de delimitação: devem decidir, dados alguns exemplos de usos do termo, se constituem ou não acepções diferentes; b) de identificação diferencial: devem caracterizar cada uma das diferentes acepções e deixar claro em que diferem; c) de adequação descritiva: as descrições apresentadas devem ser suficientes para permitir que os leitores possam deduzir as condições de uso de cada acepção⁹ e decidir quando um dado uso do verbo é ou não instância de uma determinada acepção.

A idéia diretriz do artigo é então a de que as dificuldades encontradas pelos dicionaristas na realização dessas tarefas refletem problemas reais quanto à delimitabilidade e especificabilidade dos efeitos de sentido correspondentes às acepções, e permitem lançar luz sobre a (ir)representabilidade semântica dos itens lexicais. Ou seja, devem permitir respostas às seguintes questões:

a) a de se há um número finito de acepções, e se estas são claramente delimitáveis entre si, têm o estatuto de unidades discretas do plano do conteúdo, ou se, ao contrário, formam um contínuo de ramificações de efeitos de sentido possíveis cada vez mais finos e cruzados entre si;

b) a de se os parâmetros caracterizadores e diferenciadores das diversas acepções podem ser claramente identificados e determinados.

3. Características da descrição lexical em dicionários

Com relação ao modo como os dicionários consultados descrevem as várias acepções de “passar”, é preciso primeiro separá-los em dois tipos, dicionários normais ou resumidos, segundo o seu diferente grau de exaustividade. Os primeiros (MS, com 87 acepções; LF, com 65; CA e AUR, com 55 cada; MIR, com 51) buscam cobrir o máximo possível de acepções do verbo, pelo menos das acepções ainda sincronicamente vivas, enquanto os últimos (CF, com 37 acepções; MOR, com 28; e AN, com 12) registram bem menos usos. Mas o fator que realmente está em jogo nessa distinção não é tanto o número de acepções, e sim o modo de descrição utilizado. Ao passo que os dicionários resumidos caracterizam as acepções apenas dando “falsos sinônimos” do verbo, ou seja, verbos de algum modo equivalentes a “passar” na acepção descrita¹⁰, e eventualmente um exemplo simplificado do próprio dicionarista, os maiores normalmente apresentam uma descrição formada de três partes: uma caracterização inicial relativamente desenvolvida, que passa por uma definição (mas que, como veremos, não se trata de uma definição propriamente dita¹¹); um conjunto de falsos sinônimos; um conjunto de exemplos, normalmente de autores literários.

Já a uma primeira vista de olhos, pode-se notar que o problema de delimitar as acepções e decidir que

9 Na verdade esses problemas estão aqui separados apenas por preocupação com a clareza da exposição. É evidente que uma caracterização diferente das acepções implica ao menos em princípio num recorte diferente das mesmas, e, conseqüentemente, numa delimitação diferente. Por outro lado, a adequação descritiva depende, outra vez ao menos em princípio, da boa delimitação e caracterização das acepções. Digo ao menos em princípio porque, como veremos, esses problemas de delimitação e identificação diferencial das acepções são parcialmente insolúveis, pelo menos segundo os princípios de rigor preconizados pelos lógicos para a identificação de referentes, e porque, como também veremos, na prática os leitores de dicionários reconhecem as acepções descritas e as delimitam entre si usando conhecimentos que já têm sobre o uso do verbo, de uma forma em grande parte independente dos termos estritos das caracterizações oferecidas pelos dicionaristas.

tipos de usos constituem ou não acepções diferentes é delicado. Os dicionários variam muito no número de acepções de “passar” que listam, indo de 87 (MS) a apenas 12 (AN). Claro que uma diferença tão grande de um desses extremos ao outro não decorre propriamente de divergência quanto aos fenômenos investigados, mas sobretudo do grau de exaustividade ambicionada pelos diversos dicionários. Mas não deixa de ser revelador o fato de que, mesmo entre dicionários grosso modo equivalentes, o conteúdo semântico que num dicionário corresponde a uma só acepção possa estar subdividido no outro, ou que um dos dicionários considere importante incluir uma acepção ignorada pelo outro¹⁰. Por exemplo, os dicionários AUR e CA listam, cada um, 55 acepções para “passar”, mas não coincidem nem na seleção delas nem mesmo na delimitação interna entre os sentidos que ambos incluem¹¹. Não existem no AUR correspondentes para pelo menos 12 acepções listadas no CA; neste, por sua vez, não há equivalentes para no mínimo 8 acepções do AUR¹². Isso sem falar nos casos em que simplesmente não pude decidir até que ponto uma acepção listada num desses dicionários corresponde ou não a outra(s) arrolada(s) no outro. Por exemplo, a acepção nº 15 (cozinhar, assar ou grelhar [carne, peixe, etc.]) do AUR não está listada, com redação semelhante, no CA. Porém a acepção nº 19 deste (fazer secar ao sol ou ao calor) não consta do AUR, e tem entre suas abonações o exemplo “Passar bem os bifés”. Serão duas acepções diversas, ou apenas duas redações diferentes para o mesmo sentido? Porém o outro exemplo da acepção nº 19 do CA é “Passar figos”; é claro que não se trata de um uso que possa ser descrito com os verbos “cozinhar”, “assar” ou “grelhar”... Mesmo que os dois dicionaristas estejam focalizando, cada um com sua redação, mais ou menos os mesmos usos do verbo, parece que estão estabelecendo de modo diferente os limites dos usos que cairiam sob a acepção descrita.

Esse caso ilustra a inseparabilidade dos problemas de delimitação e caracterização. Mas a principal conclusão a extrair dele é como a “falta de rigor” da linguagem natural — na verdade, a extrema liberdade com que se pode escolher um ponto de vista para caracterizar e descrever algo usando a linguagem natural — implica num diferente recorte, quase numa diferente constituição, do referente sobre o qual se fala ...

Já aludi acima ao fato de que um dicionário de mesmo porte que outro pode no entanto, em certos casos, subdividir uma área semântica de conteúdo global grosso modo equivalente em mais acepções do que outro, vendo nela mais diferenças de sentido. Assim o AUR considera sua acepção nº 5 (ir de uma para a outra margem de [mar, rio]) como diferente da nº 1 (percorrer de um lado para outro; atravessar, transpor), mais geral. Esta última recebe no CA redação praticamente idêntica sob o nº 1 (atravessar, percorrer de um lado para outro; transpor). Mas, como prova a abonação “Passar um rio”, ela inclui os usos que, para o AUR, pertenceriam à acepção mais específica. Outro exemplo: a acepção nº 8 do AUR (alisar [roupa] com ferro de passar; passar a ferro) no CA vem abrangida na acepção bem mais geral de nº 18 (submeter ou expor temporariamente a um meio ou ação), abonada tanto pela frase “Passar as costuras a ferro”, que justifica nossa afirmativa de que o sentido em pauta está realmente incluído nessa acepção, quanto pelo exemplo “Passar a roupa pela água”, que evidentemente não é uma instância dele.

Mas o interessante é ver como as descrições tripartites funcionam. Para isso examinarei uma dificuldade descritiva concreta que se manifesta em quase todos os dicionários consultados.

Até num mesmo dicionário fica às vezes difícil detectar qual a diferença pretendida pelo dicionarista entre duas acepções que ele lista. Vejamos por exemplo, no dicionário LF, as acepções nº 8 (ir além de; exceder, ultrapassar) e nº 24 (exceder, ir além de). A redação dada às duas é praticamente idêntica!¹³ O fato se

10 Há ainda um complicador no que diz respeito ao real número de acepções diferentes reconhecidas por cada dicionário. A maioria deles separa as acepções por regência, o que, em certos casos, implica em considerar como acepções diferentes usos do verbo que parecem, intuitivamente, se não equivalentes, pelo menos muito semelhantes, mas que podem instanciar-se em frases com diferentes números de argumentos, ou com argumentos encabeçados por diferentes preposições. Por ex., a acepção nº 8 do AUR (alisar [roupa] com ferro de passar; passar a ferro) só difere da de nº 47 (alisar roupa com ferro de passar; passar a ferro) pelos colchetes (parênteses, no próprio dicionário AUR) em torno do objeto direto. O mesmo tipo de (não)diferença ocorre entre outros pares de acepções. Já os dicionários MIR e LF não apresentam suas acepções separadas por regência. Isso evidentemente os prejudica na contagem de acepções. A questão se complica ainda pelo fato de que o inventário dos tipos de regências reconhecidas pelos diversos dicionários que separam as acepções por regência varia. Ao passo que o dicionário MS, por exemplo, só distingue as regências transitiva, intransitiva e pronominal (e na verdade, considera o verbo nessa última regência como um item lexical separado, dando-lhe uma entrada própria), o AUR considera oito diferentes tipos de regências.

11 É também significativo observar o que cada um desses dicionários inclui ou não. A influência no reconhecimento de acepções de fatores históricos, da cristalização social de usos, se revela pela grande quantidade de brasileirismos do AUR, ao passo que há, no CA e no MS, dicionários portugueses, várias acepções de “passar” que desconheço.

12 Digo pelo menos e no mínimo porque, devido à inseparabilidade dos problemas de caracterização e delimitação das acepções, em muitos casos as diferenças de redação entre os dois dicionários tornam impossível determinar se uma acepção reconhecida por um deles está ou não consignada, pelo menos parcialmente, no outro.

13 Como os dois usos têm regência diferente, poder-se-ia pensar que a dupla listagem busca apenas refletir esse fato. Mas o dicionário LF não usa a regência como fator diferenciador de acepções, englobando várias vezes na mesma acepção usos do verbo semanticamente equivalentes mas com diferentes regências.

torna mais curioso quando se observa que, dos cinco dicionários de maior extensão consultados (MS, LF, AUR, CA e MIR), apenas o CA não possui mais de uma acepção com redação parecida com essas. O AUR registra as acepções de nº 2 (ir além de; deixar para trás) e nº 3 (ir além de; exceder, transpor, ultrapassar)¹⁴. O MIR, as acepções de nº 2 (ir além de; ultrapassar) e nº 18 (exceder, ir além). O MS, que distingue as acepções por regência, chega a arrolar quatro acepções com esse tipo de redação: as de nº 11 (ir além de; exceder, ultrapassar), nº 34 (ultrapassar, ir além de; exceder), nº 49 (ir além de) e nº 56 (exceder, ir além de) (sendo as duas primeiras classificadas como transitivas diretas, e as duas últimas como intransitivas).

Observando os exemplos oferecidos pelos dicionaristas para essas acepções, pode-se detectar que realmente há diferença entre os usos incluídos numa ou noutra delas, embora nem sempre haja uma coerência absoluta nessa diferença de atribuição. Na verdade, somando todos os exemplos, vê-se que podem ser classificados em três subconjuntos, correspondentes às seguintes acepções da tese: C.b.1.1 **■** Seguir [um ser dotado da capacidade de movimento voluntário e autopropulsionado, ou passível de ser assim concebido] uma trajetória já iniciada, de modo a ir mais longe que e ultrapassar [um marco de referência localizado no percurso projetado dessa trajetória e apresentado como relevante no discurso] - ex: "Mas, ouça, não me passem para além do alto do Pombo" **■**; C.b.2.1 **■** Sofrer [um objeto inanimado] um deslocamento para além de [um marco de referência] apresentado como relevante no discurso] ou estar localizado além de [idem] como decorrência de ter sofrido um deslocamento, real ou projetado - ex: "A bala passou o alvo" **■** e C.b.3.1 **■** Exceder em uma escala de grandeza ou intensidade [um dado nível tomado como referência ou medida de comparação - ex: "Isso passa os limites do razoável" **■**].

Em todos esses subconjuntos de exemplos, uma figura com função semântica de tema "vai além" de um determinado ponto de referência. Mas os três tipos de usos diferem em dois aspectos. Em primeiro lugar, os dois primeiros distinguem-se do terceiro por esse "ir além" envolver movimento ou localização espacial estrito senso, ao invés de apenas uma localização metafórica, como na acepção C.b.3.1. Em segundo lugar, os dois primeiros subconjuntos diferenciam-se entre si pela natureza da figura que exerce o papel de tema e, em consequência disso, pelo tipo de movimento em pauta. No primeiro deles, tal figura é um ser animado que se move voluntariamente até ultrapassar um determinado ponto de referência, dando origem ao efeito de sentido focalizado na acepção¹⁵. Já no segundo, trata-se de um objeto inanimado que apenas está localizado para além desse ponto, ou foi de algum modo propulsionado ou levado para além dele. A maioria dos dicionários acima citados distribuiu os usos listados apenas segundo o primeiro fator de diferença, distinguindo somente entre "ultrapassagens" espaciais e "excessos". Mas o AUR, que não inclui exemplos de localização metafórica em nenhuma de suas duas acepções, aparentemente as distingue, a julgar pelos exemplos dados, segundo a natureza animada e voluntária do movimento.

Observe-se que, com base apenas nas redações dadas pelos dicionaristas às várias acepções por eles listadas dentro da área semântica em causa, teria sido impossível atingir a diferença pretendida entre elas, que só pude detectar através da observação dos exemplos oferecidos. Analisando de perto as caracterizações oferecidas para outras acepções, nota-se que, longe de ser excepcional, tal fato é a regra: são muitas as vezes em que apenas pelo exame dos exemplos o leitor pode captar e restringir adequadamente as situações em que o verbo é usado numa dada acepção, os exemplos e os falsos sinônimos ajudando-o a formar um quadro mental das situações mais comuns em que esse tipo de usos ocorre.

Outra coisa a notar, que caracteriza a técnica de descrição dos dicionaristas e se aplica mesmo no caso das acepções em tela, em que a descrição por eles oferecida não é totalmente típica, é a natureza da "pseudo-definição"¹⁶ que encabeça a maioria das caracterizações oferecidas às acepções que em nada se parece com o que, segundo os filósofos e lógicos, deveria ser uma boa definição. Ou seja, não se trata da especificação das condições necessárias e suficientes para que se tenha um emprego do verbo segundo a acepção descrita: não é a obediência às condições incluídas nessas pseudo-definições que pode garantir que um dado uso do verbo está em uma dada acepção, e não em outra. Essas pseudo-definições são, na maioria dos casos, mais amplas ou mais estritas que as reais condições que governam o uso do termo na acepção correspondente, e portanto

14 O AUR distingue normalmente as acepções por regência, mas essas duas acepções em pauta são ambas apresentadas como transitivas diretas.

15 Não se trata necessariamente de um ser animado, basta que seja uma figura que possa ser vista como capaz de se deslocar autonomamente e com direção, num movimento pelo menos aparentemente autopropulsionado (por exemplo, um carro).

16 As descrições oferecidas para as acepções acima examinadas não são totalmente típicas da técnica de descrição dos dicionaristas pelo fato das primeiras partes de suas redações não serem constituídas por uma descrição mais extensa que possa passar por uma definição, sendo ao invés totalmente compostas de "falsos sinônimos", um dos quais, o verbo ou expressão apresentado(a) em primeiro lugar, assume o papel de núcleo da descrição global, normalmente desempenhado pela descrição parcial mais extensa no caso das redações mais típicas da técnica de descrição dos dicionaristas. Porém seu grau de atipicidade é pequeno, não chega a torná-las excepcionais; a redação de muitas outras acepções também é assim constituída.

insuficientes para que se possa classificar os usos possíveis dele segundo suas acepções.

Tomemos como exemplo a acepção A.a.1.1 **■** Percorrer [um ser dotado da capacidade de movimento voluntário e autopropulsionado, ou passível de ser assim concebido] um local quando em trânsito por um caminho maior que o corta, tipicamente atravessando com isso uma cena focalizada no discurso ex(s): “Os lotes fugitivos passavam diante dele como a enxurrada dos montes” e “Passam carros em direções opostas” **■**, para a qual os dicionários não resumidos oferecem as seguintes definições: “percorrer um lugar sem se demorar nele; transitar” [LF 3, CA 26]; “percorrer um lugar sem nele se deter; transitar” [MS 46]; “percorrer um lugar sem nele se deter; transitar; perpassar” [AUR 34]; “transitar por um local sem se deter” [MS 6]. Observando essas definições, pode-se notar o papel nelas exercido pelas expressões “sem (nele) se deter” e “sem se demorar nele”, que poderiam sugerir que o trânsito por um dado local só poderia ser referido pelo verbo “passar” nessa acepção se não comportar uma parada [MS 6, MS 46 e AUR 34], ou, pelo menos, só se a eventual parada ocorrida for de curta duração [LF 3 e CA 26]. Ora, o que realmente importa para um uso de “passar” ser uma instância dessa acepção, e não de qualquer uma das suas concorrentes, não é a inexistência de uma parada, uma estadia, no lugar por onde se passa, ou a brevidade de uma parada eventual, mas sim o fato de que, pelo menos na perspectiva do falante, o movimento não cessa com tal parada eventual; o fato de ter ocorrido (com o verbo no passado), ou se projetar vir a ocorrer (com o verbo no presente ou no futuro), a continuação do movimento iniciado, configurando-se assim a chegada e a partida da figura que passa no local de que o discurso fala ¹⁷.

Isso aponta para uma aparente falta de adequação descritiva dos dicionaristas, pois torna as “definições” por eles oferecidas à acepção mais restritivas do que as reais condições que governam o uso do verbo “passar” quando nessa acepção, podendo haver frases que sejam dela uma instância sem que se enquadrem nas condições referidas nas descrições. Mas atenção! A inclusão dessas condições não necessárias (no sentido em que esse termo é usado na Lógica) nas descrições não é um erro dos dicionaristas! Se forem extraídas das definições dadas por eles à acepção, as redações truncadas restantes (ou seja, “percorrer um lugar [...]”; “transitar {± perpassar}” [LF 3, CA 26, MS 46 e AUR 34] e “transitar por um local [...]” [MS 6]) não indicariam que as figuras em movimento entram e saem do horizonte da cena visualizada ¹⁸ não teriam na verdade conteúdo suficiente para caracterizar a acepção, menos ainda para diferenciá-la das outras. As condições adicionais incluídas nessas definições podem não ser necessárias, no sentido lógico, mas são altamente típicas das situações em que “passar” é usado nessa acepção, e se tornam assim indispensáveis para que o leitor possa apreender a que tipo de usos do verbo o dicionarista está referindo-se.

Os dicionaristas, na verdade, tendem mais a pecar por falta de condições caracterizadoras suficientes nas suas definições do que pelo inverso, pois usam e abusam do recurso aos exemplos e falsos sinônimos como meio de fazer o leitor captar a que usos do verbo se estão referindo na descrição de uma acepção, em vez de tentar especificar as condições reguladoras desses usos de um modo mais definido.

Tomemos como exemplo a acepção A.a.2.2 **■** Fazer [um ser animado], por meio de um movimento voluntário, com que [um objeto ou parte do corpo] deslize sobre [uma superfície] e com isso perfaça um percurso nela – ex: “Passar a navalha na pedra” **■** para a qual os dicionaristas dão as seguintes descrições: “fazer escorregar, deslizar ou correr por cima de [alguma coisa]” [LF 15, CA 14, MS 20]; “fazer deslizar; escorregar [MIR 11]”; “fazer deslizar sobre alguma coisa [CF 11]”. Ora, se o vento bate numa bola e a faz com isso deslizar sobre o chão, essa situação estaria plenamente dentro das condições especificadas pelos dicionaristas, mas nenhum falante do Português usaria para descrevê-la a frase “O vento passou a bola no chão” ¹⁹ ... Este é um dos casos em que apenas pelo exame dos exemplos dos dicionaristas é possível restringir adequadamente as situações a que “passar” se refere quando está nessa acepção. Eis alguns deles: 01. “Passar a navalha na pedra” [LF 15, CA 14]; 02. “Já tardavas, Afonso, dizia o rei, passando-lhe os dedos pelos cabelos”

17 Por exemplo, uma frase como “Estava em Roma quando o Chico Buarque passou por lá” pode ser considerada uma instância dessa acepção, sobretudo em contextos onde os interlocutores estejam conversando sobre Roma, e não sobre o percurso da viagem do compositor, do qual Roma tenha sido um ponto ultrapassado. É verdade que não se trata de um exemplo típico, faltando nele o valor representativo de uma figura numa cena visualizada, que considero ser o mais característico dessa acepção, sobretudo com o verbo no presente ou em outro tempo de aspecto imperfectivo.

18 Na verdade, há pelo menos um ponto em que os dicionaristas se aproximam dos adeptos das descrições formais: na pretensão de captar um “sentido objetivo”, sem preocupação com o “eixo” em que esse sentido se posiciona por respeito à perspectiva do falante no discurso. Assim não entram nas definições considerações com o que está sendo tematizado ou privilegiado no discurso, que, como estamos vendo, são indispensáveis para a real caracterização dos efeitos de sentido correspondentes às acepções dos termos.

19 Não se trata apenas de uma exigência “de seleção”, no sentido do argumento com função semântica de causador ter de ser um ser animado, ou do movimento envolvido ter de ser voluntário. Não só a situação de alguém esbarrar na bola e com isso fazê-la deslizar não seria descrita pela frase “Fulano passou a bola no chão”, como a desse alguém deliberadamente empurrar a bola para tirá-la do seu caminho também não o seria. O que está em jogo é uma “gestalt” complexa sobre certos tipos de movimento, conotando um modo específico do causador agir sobre o objeto/parte do corpo e sobre a superfície.

[LF 15]; 03. "Rápida, a baronesa passou a mão pelos olhos" [LF 15]; 04. "Passaram a charrua por cima dos campos arrelvados" [LF 15, CA 14, MS 20]; 05. "Passou a mão pelo bigode" [CA 14]; 06. "E passei no rosto polvilho com parati..." [MS 20, MIR 11]; 07. "Ternamente passava a mão por sua face" [MIR 11].

Um outro exemplo, bastante extremo, de descrições amplas demais é constituído pelas caracterizações oferecidas pelos dicionaristas para a acepção A.a.2.4 ■ Estender [um objeto feito de matéria flexível, tipicamente com forma de uma superfície plana, um fio ou uma fita] em torno de [um volume], envolvendo este ao menos parcialmente com tal objeto – ex(s): "Passou a manta e saiu" e "O suicida passou uma corda no pescoço" ■, que os dicionaristas descrevem apenas por meio dos conjuntos de falsos sinônimos "enrolar, sobraçar traçar" [LF 19 e MS 22] e "enrolar, sobraçar" [MIR 14]. O exemplo é extremo porque, nesse caso, as descrições não são apenas amplas demais. Elas realmente não incluem quase nada da informação necessária para caracterizar devidamente a acepção. A apreensão da situação a ser caracterizada fica inteiramente por conta dos exemplos dados pelos dicionaristas. Ei-los: 01. "Passou a manta e saiu" [LF 19]; 02. "Passou no braço a capa e cobriu-se" [LF 19, MS 22]; 03. "Passar a manta" [MIR 14]; 04. "Passar o xale" [MIR 14]; 05. "Passou a capa no braço" [MIR 14].

Vale a pena estender-me mais sobre o papel que os exemplos oferecidos pelos dicionaristas exercem no reconhecimento, pelo leitor, das situações a que "passar" se refere nas suas diversas acepções. Para isso analisarei com vagar a acepção A.a.2.1 ■ Deslocar-se [uma massa fluida de forma mais ou menos indiferenciada espacialmente] continuamente numa direção, com isso atravessando de ponta a ponta um dado local que é a cena visualizada pelo discurso – ex: "O rio passa, murmurante" ■, para a qual os dicionaristas dão os seguintes exemplos: 01. "A torrente, ... repartida em dois braços, passava, regando hortas e pomares" [LF 4, CA 27]; 02. "E a corrente passava; novas águas após as outras vão" [LF 4, CA 27]; 03. "Rugindo, o temporal passa pelos cedros e tronca-os" [LF 4, CA 27]; 04. "A música é uma aura; passa sutilmente, de leve, pela alma" [LF 4]; 05. "O rio passa, murmurante" [AUR 35]; 06. "A cavalgada luminosa de fantasmas que passara certa noite no céu" [MS 47]; 07. "O regato passava pelo caminho" [MIR 5]; 08. "Assim passavam as águas" [MIR 5].

Nessa acepção, tanto como na acepção nuclear A.a.1.1, da qual ela é uma extensão, uma figura que se desloca por um caminho atravessa de ponta a ponta a cena ampla visualizada pelo discurso. Porém em vez dessa figura ser um ente animado dotado de movimento voluntário, ou mesmo um objeto concreto sólido e bem delimitado no espaço, trata-se de uma massa fluída indiferenciada (ou algo que possa assim ser concebido, como um grande número de figuras discretas vistas à distância), que só adquire alguma delimitação no espaço, alguma forma mais consistente, pelo seu contraste, nas suas bordas, com aquilo que não é ela. Essa natureza da figura tem outras implicações quanto à situação representada por "passar" nessa acepção. Não sendo algo bem individuado, mas sim uma massa contínua, essa "figura", na verdade, prototipicamente "não passa nunca", no sentido de desaparecer da cena, mas sim está sempre passando: cada uma de suas "porções" entra na cena e dela se afasta, criando-se assim a idéia de deslocamento e a "linha" de uma direção, que sugere um caminho; mas é logo substituída pela porção espacialmente contígua subsequente. A figura prototípica é água corrente, de preferência de rios ou regatos, cujas margens favorecem a imagem mental de uma linha, e que efetivamente são "um caminho", têm um destino e uma direção relativamente bem definida.

A questão que aqui me interessa é a de como essas diferentes circunstâncias da situação são sugeridas ao leitor, como ele pode chegar a apreender o tipo de situações representadas por "passar" nessa acepção a partir de uma descrição resumida aos verbos "correr" e "deslizar", ou "correr" e "rolar", que, nos seus significados básicos, se aplicam preferentemente a seres animados, principalmente "correr", ou ao menos a objetos sólidos. Além do conhecimento lingüístico sobre as expansões de sentido que esses outros verbos também podem sofrer, algo mais é necessário.

Ora, a experiência extralingüística do leitor já lhe ensinou as circunstâncias em que algo que não seja um ser animado pode deslocar-se no espaço sem que faça necessariamente parte da situação uma figura com a função semântica de causador, que o empurre, puxe, projete à distância, etc. — condição que é suscitada não só pela regência dos verbos "correr", "deslizar" e "rolar" incluídos nas descrições dos dicionaristas (que são predominantemente verbos intransitivos, embora também apresentem alguns usos transitivos), como sobretudo pela sintaxe dos exemplos. Uma dessas circunstâncias é quando uma massa líquida ou gasosa se desloca por efeito da força da gravidade conjugada a desníveis de altitude no solo, de diferenças de temperatura, e coisas do gênero, ou ainda como resultado sim da ação de um elemento causador, mas relativamente incorpóreo, como o vento. É bastante comum a experiência de observar as águas de um rio correndo, ou as nuvens cruzando o céu, e isso ocorre especialmente como parte de espaços amplos, que são como que cenários naturais onde se destaca a ação de outras figuras. O caráter comum dessa experiência a torna bastante acessível, trazendo junto com ela esse conjunto de condições características em que ela ocorre. E sua evocação é facilmente suscitada pelos exemplos dos dicionaristas, dos quais seis entre oito têm alguma modalidade de água

corrente como a figura em movimento, e explicitamente em quatro deles sob a forma de "coluna líquida" lateralmente delimitada, que favorece a idéia de um movimento com direção (torrente, corrente, rio e regato).

Também vale a pena comentar a contribuição dada pelos "falsos sinônimos" à descrição das acepções. Na tese vi dois tipos de motivação para o seu uso, parcialmente relacionados entre si: a necessidade de sugerir características das situações em que "passar" é usado na acepção descrita, características que o dicionarista não consegue formular de forma precisa, apelando então para outros verbos ou expressões que representem o mesmo tipo de situações, para que o leitor imagine por si mesmo que situações são essas; e a necessidade de delimitar de algum modo o sentido da pseudo-definição que encabeça a descrição da acepção (ou do verbo ou expressão que substitui essa pseudo-definição), caso em que, para identificar o tipo de usos do verbo englobados na acepção, o leitor deverá buscar a "interseção" entre os sentidos de todas as partes da descrição global²⁰.

Esse método de construção da significação por alusões sugestivas em parte se origina do fato de que os usos do verbo correspondentes a cada acepção ocorrem tipicamente, mas não necessariamente, em certas circunstâncias. As definições, sobretudo com o auxílio dos exemplos e dos falsos sinônimos, conseguem sugerir ao leitor que circunstâncias são essas, mas não por uma aplicação estrita do seu conteúdo: o leitor tem de contribuir com outros conhecimentos, lingüísticos e extralingüísticos, para deduzir quais são elas²¹. Assim, uma descrição suficiente para provocar o reconhecimento da acepção por um leitor que conheça a palavra pode ser insuficiente para permitir a aquisição do seu uso adequado por um outro que não a conheça — as descrições oferecidas cumprem o seu papel não por restringir por si sós as condições de uso do termo, mas por suscitar no leitor conhecimentos que ele já tem sobre esse uso; e as suas diversas partes restringem a acepção cumulativamente, muito mais por sugerir certas características adicionais no quadro mental que o leitor vai construindo do que por especificar condições que tenham de ser necessariamente satisfeitas para que se possa dizer que um dado uso do verbo está naquela acepção.

Além disso — e talvez sobretudo — essa técnica descritiva resulta da dificuldade de captar e especificar as condições características das situações em que os termos são usados em cada uma de suas acepções, condições que são dificilmente formuláveis de forma bem definida, donde o apelo aos exemplos e a outros termos também utilizáveis nas mesmas situações para sugerir ao leitor que situações são essas. A necessidade do uso desse tipo de recursos descritivos é assim um forte indício a favor da provável impossibilidade de especificar as acepções de um modo mais rigoroso.

Já do ponto de vista da delimitação, o que se tem é que as diferentes acepções do verbo não representam situações necessariamente diferentes no seu valor de verdade, mas em muitos casos correspondem apenas a diferentes perspectivas de representar a mesma situação objetiva. Disso resulta que, muitas vezes, a classificação de um uso do verbo segundo as acepções dele não seja uma questão de esta acepção ou aquela, mas sim de mais esta que aquela: o mesmo exemplo pode ser uma instância de diferentes acepções, dependendo não tanto de interpretações realmente diferentes que se dê a ele, mas antes da ênfase em tal ou qual aspecto do conteúdo comunicado.

Por outro lado, do caráter não necessário das condições que caracterizam o uso do verbo nas diferentes acepções, e do grande número dessas condições e do modo complexo de sua interação e interdependência, resulta uma multiplicidade talvez inumerável de possibilidades diferentes de adequação parcial, e em diferentes graus, das situações de uso do verbo às condições típicas caracterizadoras das acepções. Donde a extrema dificuldade de delimitar estas: não bastaria uma especificação de todas essas condições; seria necessária também a de todas as possíveis relações entre elas, relações que, para complicar, na maioria das vezes têm o caráter de uma "gestalt". Ou seja, resumindo: não só um mesmo uso do verbo pode ser instância de mais de uma acepção, como pode sê-lo em diferentes graus, de tudo isso resultando uma absoluta falta de critérios objetivos para determinar: a) que grau de diferença nos efeitos de sentido obtidos e nas condições de uso justifica considerar diferentes empregos do verbo como acepções diferentes; e b) que tipos de diferença

20 No caso das acepções C.b.1.1., C.b.2.1 e C.b.3.1, vistas mais acima no texto, relendo-se as descrições a elas dadas pelos dicionaristas, pode-se notar que, em vez de uma expressão mais genérica ser progressivamente especificada, de modo a acrescentar propriedades necessárias e suficientes que restrinjam adequadamente a denotação pretendida, o que se vê é um acúmulo de verbos ou expressões de nível de generalidade e de sentido relativamente equivalentes. No entanto percebe-se que, com esse acúmulo, o dicionarista realmente pretende que cada uma dessas descrições parciais limite de algum modo o sentido que a(s) outra(s) sugeriria(m) por si só(s).

21 Há ainda outro problema que leva ao uso dessa técnica, esse resultante já não tanto da própria natureza do significado lexical, mas antes do uso da linguagem natural em sua descrição. Reside no fato de que cada um dos verbos ou expressões passíveis de ser usados na descrição geralmente também é polissêmico, podendo portando sugerir mais de um sentido diferente. Mesmo esse acúmulo das descrições parciais utilizadas só pode de algum modo identificar qual é o tipo de usos que está sendo descrito por meio de uma operação mental adicional por parte do leitor.

são considerados importantes o suficiente para determinar a diferenciação de acepções. Observando as delimitações feitas pelos dicionaristas, vê-se que, apesar de toda a cópia que fazem uns dos outros, nem sempre os critérios de delimitação observados coincidem, seja no que diz respeito aos parâmetros utilizados, seja no fato de certas subdivisões serem efetuadas ou não. Até dentro do mesmo dicionário, o mesmo parâmetro que leva à distinção de duas acepções não provoca a subdivisão dos usos englobados numa outra acepção, apesar desses usos apresentarem entre si a mesma diferença em relação àquele parâmetro.

4. Considerações Finais

A partir do que o artigo mostrou, posso, agora, responder às questões colocadas no item 2 dele, dizendo, então: a) que o caráter pluridimensional, não perfeitamente delimitável nem definível das acepções não parece justificar sua reificação enquanto entidades teóricas bem definidas: acepções são efeitos de sentido obtidos no discurso que se expandiram socialmente e com isso se cristalizaram, passando assim a fazer parte da competência dos falantes e a poder ser considerados como fatos da língua; mas não são um tipo de unidade discreta da língua entendida como sistema; b) a dependência da caracterização das acepções com relação a pontos de vista do discurso, conhecimentos extralingüísticos, imagens gestálticas, etc., mostra ser impossível precisar a priori (e mesmo a posteriori...) um conjunto determinado de parâmetros identificadores das acepções.

Disso decorre a avaliação que faço do método de descrição dos dicionaristas: apesar de toda a sua insuficiência para a transmissão das condições de uso adequado do verbo, ou para a classificação dos possíveis usos do mesmo segundo as acepções listadas, ele é em geral suficiente para provocar o reconhecimento dessas condições de uso e dos efeitos de sentido que se pode obter com o verbo, o que revela uma correspondência ao menos relativa com os fatos a captar. O apelo a esse método de construção do sentido por sugestão é conseqüência de reais problemas de "definibilidade" dos efeitos de sentido obteníveis com o uso das palavras: a dificuldade de definir dos dicionaristas revela a fluidez real das condições de uso dos itens lexicais, que não podem mesmo ter o seu conteúdo semântico descrito por meio de um conjunto de parâmetros bem definidos.

Além disso, há que se levar em conta a extrema riqueza das condições que influem na especialização do sentido de um termo para a expressão de dadas situações da realidade, condições que dependem dos fatores causais em jogo nas situações representadas, os quais fazem parte do conhecimento de mundo dos falantes e que as descrições em linguagem natural podem suscitar, sem ser no entanto capazes de especificá-los rigorosamente.

Esse método de definir o significado das palavras revela, na sua própria realização, o modo como a criação do sentido ocorre na linguagem natural. Essa "construção alusiva" de um quadro mental no leitor, essa "ativação por sugestão" de conhecimentos que o interlocutor já tem, não é apenas um artifício dos dicionaristas para resolver o problema da descrição do significado lexical, mas é o modo como, mesmo em situações mais habituais, a comunicação através da linguagem natural se dá. Em vez de um processo algorítmico que crie o significado das sentenças através da composição de parâmetros que componham o significado das palavras segundo regras dependentes da estrutura sintática, o que ocorre é sempre esse processo de "suscitamento", "ativação" de conhecimentos lingüísticos e extralingüísticos no interlocutor, que provoca nele a criação de um quadro mental complexo, onde novas informações vão sendo progressivamente inseridas e corrigidas, num processo efetivamente criativo, e até certo ponto aleatório²². O que o processo de reconhecimento das acepções descritas, por parte dos leitores de dicionários, apresenta de mais interessante que a mera interpretação de frases e textos na comunicação normal, é o fato dele revelar o efeito das situações de uso e dos contextos discursivos até mesmo fora e antes do uso efetivo das palavras, revelando que, para atribuir algum sentido aos termos, os leitores precisam recuperar de algum modo as condições virtuais do discurso.

O que está em jogo por trás dessa impossibilidade de descrição de sentidos segundo os "princípios lógicos da boa definição" é a natureza precária da relação da linguagem com a realidade (e mesmo com a experiência humana dessa realidade), que ela é chamada a expressar, mas da qual é separada por um abismo constitutivo, intransponível. No fundo trata-se de um problema filosófico antigo, o da adequabilidade da linguagem para a descrição do mundo, havendo sempre um abismo entre o dizível na linguagem e as realidades a exprimir. É também antiga a pretensão filosófica de corrigir esse estado de coisas, opondo à "vaguidão", "in-

22 É isso que dá uma razão relativa aos que dizem que o sentido está sempre fora da linguagem, e é apenas por ela suscitado (o que não impede, porém, que a repetição de discursos em que os mesmos tipos de "atos de suscitar" sejam usados para sugerir tipos semelhantes de situações não acabe deixando um resíduo cristalizado na língua).

definibilidade", "ambigüidade" da linguagem natural a precisão de linguagens artificialmente construídas²³. Só que, até hoje, nenhuma dessas tentativas foi bem sucedida, nem conseguiu substituir a linguagem natural: a única das línguas artificiais que veio a ser efetivamente usada em condições normais de comunicação, o esperanto, adquiriu com o tempo todas as características das línguas naturais que se buscou evitar, e em especial a polissemia lexical. Como diria Lacan, que chama a linguagem de o grande Outro, "não há Outro do Outro", ou seja, não existe a "metalinguagem" (no sentido em que a Lógica usa esse termo) capaz de traduzir a linguagem natural. Nem de superar esse abismo entre a linguagem e a realidade em si do mundo, conseguindo finalmente realizar o eldorado filosófico de uma adequação perfeita das palavras às coisas, da linguagem à realidade.

O fenômeno da expansão de sentido revela algo da própria essência da linguagem, que não é um mero mecanismo de manifestação verbal de significados existentes a priori, mas sim um dispositivo de expressão simbólica a serviço sobretudo da emergência e consolidação dinâmica de significações. Os significados são sempre "estendíveis" porque a infinitude da experiência ultrapassa a todo momento as significações já cristalizadas, e a linguagem precisa, então, da maleabilidade que lhe dá sua "função poética" para poder sugerir o que não consegue apreender nunca de forma precisa e determinada. Metáforas, metonímias, etc., são sobretudo instrumentos de compreensão de situações da experiência, permitindo que algumas delas sejam apreendidas e representadas por analogia com outras. Isso é o que faz com que as palavras que já representavam essas outras situações venham a abranger novos casos de uso, e daí a apresentarem novas acepções, nuances semânticas que vão adquirindo à medida que o seu núcleo significativo vai sendo especializado ou ampliado para dar conta da expressão de novos aspectos da experiência. Como já o intuía Nietzsche ([1978], todo ato de denominação tem natureza essencialmente figurada, a "função poética" da linguagem é a base de toda representação possível.

Essas acepções especializadas para situações particulares revelam a ação do que chamo de "trabalho de elaboração" da linguagem, que estende o uso dos recursos expressivos já disponíveis para a representação de novas situações, simultaneamente enriquecendo com isso o acervo de recursos existentes. Tal "trabalho de elaboração" é um processo de construção dinâmica de significações que ocorre na e pela linguagem, e é grande o papel desempenhado, nele, pelas dimensões históricas e sociais da cognição humana, que fazem com que ele resulte em acervos de representações do mundo diferentes conforme as experiências vividas pelos integrantes das diversas sociedades. Representações estas que, como efeito da ação da função de denominação da linguagem, são acumuladas nas línguas dessas várias comunidades, onde vêm a ser organizadas em sistemas simbólicos segundo diferentes lógicas e temporalidades relativas. Daí a indispensabilidade de se levar em conta, na teorização semântica, não só os fenômenos pragmático-discursivos, mas também os histórico-culturais. E com isto voltamos aos dicionaristas, e porque eles podem ser considerados "falantes ideais", sim, mas sobretudo "falantes ideais culturalmente localizados".

23 Do que a postulação, própria às teorias semânticas formalistas, de linguagens de primitivos universais formais para a construção de representações semânticas no fundo é apenas mais uma versão.

5. Referências Bibliográficas

- AULETE, C. (CA). *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3ª ed. bras. Rio de Janeiro: Delta, 1974.
- COUTINHO, A. (Org.) *Carlos Drummond de Andrade: obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964.
- FERREIRA, A.B.de H. (AUR). *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FIGUEIREDO, C. (CF) *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Bertrand, s/d.
- FREIRE, L. (LF). *Grande dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.
- JACKENDOFF, R. *Semantic structures*. Cambridge MA: MIT Press, 1990.
- MORAIS & SILVA, A. (MS) *Grande dicionário da Língua Portuguesa*. 10ª ed. rev. Lisboa: Confluência, 1954.
- NASCENTES, A. (AN) *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Depto. de Imprensa Nacional, 1966.
- NIETZSCHE, F. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: G. LEBRUN (Org.) *Nietzsche: Obras Incompletas*. S. Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). Data original 1873.
- PRADO E SILVA, et al. (MIR) *Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Mirador Internacional, 1979.
- OLIVEIRA, C. (MOR) *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Pedagógica Brasileira, s/d.
- SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 17ª ed. Tradução Antônio Chelini et al. São Paulo: Cultrix 1993. Título original: *Cours de Linguistique Générale*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye em 1916.
- VASCONCELLOS, Z. *O processo de expansão de sentidos e a questão da (ir)representabilidades Semântica*. 3 v. Tese de Doutorado, Depto de Letras, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1995.